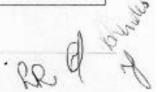
Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D. C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 6109

PLANO DE TRABALHO

ASSISTÊNCIA SOCIAL - Exercício 2023

Projeto: Aquisição de Eq	uipamentos de Natureza	Valor da Parceira:	Validade:
Permanente		R\$ 50.000,0	0 12 meses
Idanificación de l	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
 Identificação da Entidade 	nuaade		
Órgão:	Meninas e Adolescentes – GAMA		CNPJ: 66.491.382/0001-01
Endereço:	le França, 259 – Vila Velha		
Cidade: UF: Fartura S	CEP: E-mail: P 18870-030 adolescent	es1@gmail.com	Telefones: (14) 3382-3355 (14) 99894-1681
Recurso: Estadual	Banco: Banco do Brasil	Agéncia: 2055-9	Conta Corrente: 16.662-6
Nome: Viviane Magali Mend			CPF: 118.881.288-28
RG/Órgão Expedidor: 19.781.775-0 SSP/SP	E-mail pessoal:	Telefone: .br (14) 99712	Cargo:
Endereço completo: Rua Agenor Pereira d	a Cunha, 30 - Fartura/SP - CEP 18	870-050	
Dados dos responsás	eis técnicos pela execução do pr	roleto	
Nome: Débora Regina Moret	ão de Almeida Gabriel	į.	CPF: 347.818.958-67
RG/Órgão Expedidor: 33.743.516-9 SSP/SP	E-mail: debalmeida2011@hotmail.com	Telefone: n (14) 99605-523	Cargo: 39 Assistente Social
Endereço completo: Rua Sebastião Jorge,	28 – VI. Planalto - Fartura/SP - CE	P 18870-602	
Nome: Jaiscilyn Lorrayne Ros	colem		CPF: 413.948.408-02
RG/Órgão Expedidor: 44.282.594-8 SSP/SP	E-mail: jaiscilynlrosolen@gmail.com	Telefone: (14) 99870-091	Cargo: 16 Psicóloga
Endereço completo: Rua Leonel Romano o	la Silva, 169 – Jardim Paraíso - CE	P 18873-442	





Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 08 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

4. Razões da preposição e interesse público pela execução do projeto

O Grupo Assistencial às Meninas e Adolescentes — GAMA — executa programas e projetos que concedem benefícios de Proteção Social Básica, dirigidos às atendidas e suas respectivas familias em situação de vulnerabilidade social, promovendo ações adequadas ao desenvolvimento físico, mental e social, baseados no direito à liberdade, ao respeito e a dignidade, definidos no Estatuto da Criança e Adolescente — ECA.

A entidade atua na execução descentralizada, no atendimento de 50 crianças e adolescentes do sexo feminino com idade de 10 a 17 anos e 11 meses. Com ações de Proteção Social Básica (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos) utilizando recursos próprios, Estadual, Municipal e doações, garantindo as seguintes seguranças:

SEGURANÇA DE ACOLHIDA

- -Ter acolhida suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- -Receber orientações e encaminhamentos, com o objetivo de aumentar o acesso a beneficios socioassistenciais e programas de transferência de renda, bem como aos demais direitos sociais, civis e políticos;
- Ter acesso a ambiência acolhedora;
- Ter assegurada sua privacidade;

SEGURANÇA DE CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO

- -Vivenciar experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- -Vivenciar experiências de ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades sociais;
- -Ter acesso a serviços de qualidade, conforme demandas e necessidades;

SEGURANÇA DE DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

- -Vivenciar experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em principios ético-políticos de defesa da cidadania e justiça social;
- -Vivenciar experiências potencializadoras da participação cidadã, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como de espaços de estímulo para a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social;
- -Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade;
- Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural;
- -Ter reduzido o descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF);
- Ter acesso a documentação civil;
- Ter acesso a experiências de fortalecimento e extensão da cidadania;
- -Ter acesso a informações e encaminhamentos a políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo;

A realidade das crianças e adolescentes atendidas pela Entidade é de vulnerabilidade e algumas em risco social. As atividades ofertadas têm por objetivo:

L . 25

60 J. Jan. 30

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 88.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

- →Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- →Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- →Promover acessos a beneficios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- →Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- →Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- →Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- → Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários.

5. Articulação em Rede

Serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e proteção social especial; Serviços públicos locais de educação, saúde (em especial, programas e serviços de reabilitação), cultura, esporte, meio-ambiente e outros conforme necessidades; Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos; Redes sociais; Instituições de ensino e pesquisa; Conselho Tutelar; Programas e projetos de desenvolvimento de talentos e capacidades.

6. Período de Funcionamento

As atividades são ofertadas em dias úteis, no período matutino e vespertino, das 07h às 17 h.

Abrangência

Municipal (corresponderá ao território de abrangência do CRAS, de acordo com a incidência da demanda).

II - Descrição do Projeto

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Complementação financeira para a aquisição de equipamentos de natureza permanente à prestação de serviços já acordada, via Termo de Colaboração, para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos.

→ Recurso de Emenda Parlamentar № 2023.044.47983, do Deputado Estadual Fernando Henrique Cury.

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Trabalho refere-se a parceria a ser firmada entre o Município de Fartura, por intermédio da Coordenadoria de Assistência e de Desenvolvimento Social e o Grupo Assistencial às Meninas e Adolescentes - GAMA; e tem por finalidade cooperação mútua entre Entidade e o Órgão Público, buscando complementar as ações da familia e comunidade na

1

Co Jung

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 86.491.382/0001-01 Inser. C.M.A.S. sob n° 02 Inser. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inser. S.A.D.S. sob n° 5109

proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

A formalização da parceria por meio do Termo de Fomento, referente ao repasse de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Fernando Henrique Cury, no valor de R\$ 50.000,00, é justificada pela necessidade de garantir a adequada aplicação desses recursos públicos em atividades que visem o fortalecimento da rede socioassistencial no atendimento às demandas do público atendido pelo GAMA.

A formalização da parceria é um procedimento previsto na legislação brasileira para a celebração de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, garantindo assim maior transparência e controle na aplicação dos recursos, além de contribuir para a efetividade das ações realizadas. O Plano norteará a aplicação dos recursos, elaborado de maneira a garantir que as aquisições dos equipamentos de natureza permanente, atendam ao regramento da Assistência Social, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

As atividades desenvolvidas pela Entidade se faz importante principalmente se levarmos em consideração as realidades e as inúmeras expressões da questão social que tem atingindo a sociedade; e mais diretamente, as famílias. A adolescência e a infância por si só são fases transitórias e de descobertas, fazendo se necessário o dever de viabilizar os direitos das crianças e adolescentes. Por isso, a importância de desenvolver o trabalho de fortalecimento de vínculos, prevenção e orientação que visam estimular o crescimento pessoal, autoestima e aquecer as relações entre indivíduos e o coletivo.

Diante disto, a entidade propõe o referido projeto, nova parceria que complementará mais ações à parceria já mantida com o Órgão Público – Termo de Colaboração 002/FMAS-2023 para atendimento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos - com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das beneficiárias.

Área de Atendimento

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos: é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com familias e indivíduos. Realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com familias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social.

1.

80 denin

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/85 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

METAS:

Código 01	
Meta	50 usuárias
Descrição	Oferecer equipamentos adequados para que as usuárias possam desenvolver as atividades propostas, do serviço de convivência e fortalecimento de vinculos, complementando o serviço social com as famílias, prevenindo a ocorrência de risco social e seu agravamento, promovendo a Convivência Social, Direito de Ser e Participação Social.
Indicadores	-Índice de frequência das meninas, aferido por meio de lista de presença; -Índice de inserção e permanência das meninas no S.C.F.V, aferido por meio de fichas de inscrição e desligamentos;

Código 02	Ar Condicionado
Meta	Proporcionar um ambiente com temperatura agradável.
Descrição	Proporcionar a sensação de conforto e bem-estar, nos espaços utilizados para os atendimentos com as famílias e o desenvolvimento de atividades com as usuárias.
Indicadores	 -Aquisição, instalação e utilização do aparelho de ar condicionado; -Índice de satisfação das meninas, por meio de atividades que possibilitem se expressarem sobre a implicância do equipamento adquirido, no desenvolvimento do serviço ofertado; -Índice de desempenho, e função do equipamento adquirido para a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, por meio de observações diárias;

Código 03	Caixa de Som	
Meta	Promover acesso da tecnologia e reprodução sonora.	
Descrição	Utilização das caixas de som, durante as atividades relacionadas às novas tecnologias, promovendo acesso à informação, cultura e inclusão digital.	
Indicadores	-Aquisição, instalação e utilização das caixas de som; -Índice de realização das atividades propostas e as quais são necessárias o uso da ferramenta adquirida; -Índice de satisfação das meninas, por meio de atividades que possibilitem se expressarem sobre a implicância do equipamento adquirido, no desenvolvimento do serviço ofertado; -Índice de desempenho, e função do equipamento adquirido para a oferta do serviço de convivênda e fortalecimento de vinculos, por meio de observações diárias;	

Código 04	Fones de Ouvido	
Meta	Promover acesso da tecnologia e reprodução sonora.	
Descrição	Proporcionar uma audição privada e minimizar a interferência de outros sons presentes no mesmo espaço, durante as atividades propostas com o uso da tecnologia.	
Indicadores	-Aquisição, instalação e utilização dos fones de ouvido; -Índice de realização das atividades propostas e as quais são necessárias o uso da 🏗	

1

Kleiner

Página 5 de 17

22

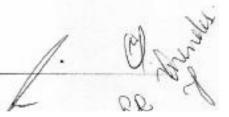
Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 8109

ferramenta adquirida;
Índice de satisfação das meninas, por meio de atividades que possibilitem se
expressarem sobre a implicância do equipamento adquirido, no desenvolvimento do serviço ofertado;
 -Índice de desempenho, e função do equipamento adquirido para a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, por meio de observações diárias;

Código 05	Freezer
Meta	Proporcionar o armazenamento de alimentos.
Descrição	O freezer irá garantir a conservação adequada dos alimentos utilizados no preparo das refeições ofertadas para as usuárias.
Indicadores	-Aquisição, instalação e utilização do freezer; -Conservação adequada dos alimentos; -Índice de satisfação, desempenho, e função do equipamento adquirido para a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vinculos, por meio de observações diárias;

Código 06	Mesa	
Meta	Ofertar conforto e segurança.	
Descrição	Proporcionar as usuárias uma acomodação adequada para desenvolver as atividades ofertadas, garantindo melhor desempenho.	
Indicadores	 -Aquisição, instalação e utilização das mesas; -Índice de realização das atividades propostas, considerando uma acomodação adequada; -Índice de satisfação das meninas, por meio de atividades que possibilitem se expressarem sobre a implicância do equipamento adquirido, no desenvolvimento do serviço ofertado; -Índice de desempenho, e função do equipamento adquirido para a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, por meio de observações diárias; 	

Código 07	Armário
Meta	Promover a organização e proporcionar aos funcionários melhores condições de realizar suas tarefas.
Descrição	Melhor aproveitamento no uso do espaço, na conservação e organização, facilitando acesso à materiais e possibilitando o armazenamento de documentos de forma mais adequada, contribuindo na prestação do serviço.
Indicadores	-Aquisição, instalação e utilização dos armários; -Índice de desempenho e rendimento na prestação do serviço ofertado, considerando o ambiente mais organizado e adequado;



Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1836/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10,572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 68.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

Código 08	Cadeira
Meta	Propiciar aos funcionários melhores condições de realizar suas tarefas.
Descrição	Irão proporcionar um ambiente mais confortável e apropriado para a execução do serviço realizado pelos funcionários, e consequentemente, desempenhar as atividades de modo satisfatório.
Indicadores	 Aquisição, alocação nos espaços da entidade e utilização das cadeiras; Índice de desempenho e rendimento no serviço ofertado, considerando o ambiente adequado;

Código 09	Tela de Projeção
Meta	Promover acesso da tecnologia nas atividades ofertadas.
Descrição	Possibilitar a reprodução de diferentes tipos de midias em uma grande superfície, podendo ser utilizado nas apresentações, palestras e eventos realizados na entidade.
Indicadores	 Aquisição, instalação e utilização da tela de projeção; Índice de realização das atividades propostas e as quais são necessárias o uso da ferramenta adquirida; Índice de satisfação das meninas, por meio de atividades que possibilitem se expressarem sobre a implicância do equipamento adquirido, no desenvolvimento do serviço ofertado; Índice de desempenho e função do equipamento adquirido para a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, por meio de observações diárias;

Código 10	Smartphone	
Meta	Auxillar na execução do serviço.	
Descrição	Dispositivo de apolo que irá automatizar os processos, agilizar nas tarefas necessárias e resolução de questões da OSC.	
Indicadores	-Aquisição e utilização do smartphone; -Índice de resolução de demandas da OSC, considerando a produtividade e agilidade	

QUADRO SÍNTESE: Previsão de Usuárias

Anual	Mensal	Público
50	50	Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade social

PÚBLICO ALVO:

Para crianças e adolescentes de 10 a 15 anos: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e

Rg

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.872/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retiradas do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cuja as atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos: Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como, a capacidade comunicativa e inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte/cultura e esporte/lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil, e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso à direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Fase	Etapa	Descrição	Período
Planejamento	1	Tomada de decisão quanto a aquisição dos equipamentos, tomada de preços, contato com a empresa fornecedora para ajustes necessários, quanto o prazo de entrega e formas de pagamento	Entre 1º ao 2 º mês
	1	Aquisição dos equipamentos	
Desenvolvimento	mento 2 Instalação dos equipamentos necessários 3 Utilização dos equipamentos adquiridos		29 ao 69 mês
Desenvolvimento			Z au o mes
Acompanhamento	1	Reuniões e observações da equipe técnica e coordenadora, para avaliar o "proposto X execução" e implicância dos equipamentos adquiridos	Trimestral
	2	Relatórios de Atividades	Mensal
	3	Relatório de Atividades	Quadrimestral
	4 .	Relatório de Avaliação do Projeto	Anual

Land of white

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1836/98 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.872/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 65.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

METODOLOGIA:

Os equipamentos de natureza permanente serão adquiridos após tomada de decisão quanto à necessidade das aquisições dos mesmos, cotação de preços e ajustes com as empresas fornecedoras quanto as formas de pagamento e o prazo de entrega. Considerando também, as instalações necessárias dos equipamentos, estes, serão utilizados para as ações e atividades socioassistenciais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As crianças e adolescentes inscritas na OSC, serão diretamente beneficiadas com as aquisições dos equipamentos, pois irão propiciar melhorias na qualidade dos atendimentos disponibilizados. Os funcionários e voluntários do serviço, também terão maior acesso a disponibilidade de recursos e equipamentos, no que tange o desenvolvimento de atividades, atendimentos e ações condizentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, norteadas pelos eixos da Convivência Social, Direito de Ser e Participação Social.

Os equipamentos adquiridos, serão instalados e distribuídos nos espaços da entidade, sendo eles: cozinha, sala de informática, salão de convivência, sala socioeducativa, sala da coordenação e da equipe técnica. Suprindo assim, as demandas para a oferta dos atendimentos e proporcionando ao ambiente, um espaço mais acolhedor e apropriado.

As caixas de som e fones de ouvido com microfone para os computadores, serão utilizados pelas usuárias na sala de informática, e pelas técnicas e coordenadora da entidade, para participar de reuniões online.

No salão de convivência, as mesas com tampo de fórmica em tubo de aço, irão substituir as já existentes, como também, serão instalados dois aparelhos de ar condicionado. A tela de projeção, também será utilizada no salão e em outros espaços, caso necessário.

Os armários, juntamente com as cadeiras e os outros 3 aparelhos de ar condicionado, serão distribuídos nas salas socioeducativa, de coordenação e equipe técnica, de acordo com as demandas e necessidades dos ambientes.

Seguindo, o freezer, será instalado na cozinha da OSC e utilizado para o armazenamento de alimentos preparados nas refeições ofertadas. Já o smartphone, auxiliará na execução do serviço, na automatização dos processos, agilizando nas tarefas necessárias e na resolução de questões da entidade.

L. B. J. J.

Párma 9 de 17

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 86.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

PLANO DE AÇÕES:

→ Os equipamentos adquiridos serão distribuídos em diferentes espaços da OSC, sendo desde a cozinha, sala de informática, salão de convivência, sala socioeducativa, à sala da equipe técnica e coordenação;

→ Os equipamentos adquiridos serão utilizados para suprir demandas diárias da OSC, bem como proporcionar melhorias na qualidade dos atendimentos, atividades com as usuárias e suas respectivas famílias, desenvolvimento de ações e práticas condizentes com o objetivo do Serviço;

AÇÕES COMPLEMENTARES:

- → Ofertar atendimentos sem distinção de raça, credo político ou religioso;
- → Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças e adolescentes, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- → Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência no município;
- → Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no município, contribuindo para o usufruto das usuárias aos demais direitos;
- → Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades, potencialidades, habilidades e talentos;
- → Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo das usuárias e competências para compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- → Complementar as ações das famílias e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vinculos familiares e sociais;
- → Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários:
- → Junto às outras políticas públicas, reduzir índices de: violência entre jovens, uso/abuso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e maternidade na adolescência;
- → Contribuir para a inserção, reinserção e permanência das jovens no sistema educacional:
- → Oferecer 100% de gratuidade ao usuário do serviço conveniado;
- → Disponibilizar 100% dos profissionais de acordo com a função a ser desempenhada, garantindo a qualidade dos serviços prestados;
- → Possuir total capacidade técnica e operacional em relação às obrigações assumidas, quais sejam: estrutura física, administrativa, financeira, instalações, equipamentos e pessoal especializado;
- → Ofertar cuidados rigorosos de higiene e limpeza, distanciamento social e monitoramento de sintomas, em caso de pandemia;
- → Manter um Protocolo Sanitário atualizado, divulgando-o para a comunidade da entidade;
- → Na impossibilidade de atendimento presencial, ofertar atividades remotas:
 - Caso seja necessária a suspensão das atividades presenciais, serão ofertadas atividades remotas compartilhadas com o público através de grupo do WhatsApp, contato telefônico, mensagens, material impresso, sempre levando em consideração a disponibilidade e o acesso das famílias às tecnologias digitais, como a necessidade da atividade proposta;

Fágina 10 de 17

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 08 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 3109

- Quando necessário será realizada a entregas de kits com os materiais indispensáveis para a execução das atividades;
- → Atender às clausulas do Termo firmado, quanto ao objeto e as prestações de contas;
- → Buscar ainda a geração de receitas adicionais, além daquelas repassadas pelo Órgão Público, através de campanhas e ações, além de captação de doações.

IMPACTO SOCIAL ESPERADO:

Contribuir para:

- → Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social;
- → Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- → Aumento de acesso a serviços socioassistencias e setoriais;
- → Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- → Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias;
- → Aumento no número de jovens que conheçam as instancias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos;
- → Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- → Reduzir, junto outras políticas públicas, índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce;
- → Melhoria da condição de sociabilidade de idosos;
- → Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Para aferimento das ações propostas, serão usados como critérios de avaliação e monitoramento:

- → Serão apresentados mensalmente, como parte integrante da prestação de contas, Relatórios de Atividades constando dados quantitativos e qualitativos das atividades realizadas, com relação das atendidas e sua frequência, pontos fortes e dificuldades encontradas para atingir as metas;
- → As assistidas participarão do processo de monitoramento e avaliação através de atividades que possibilitem se expressarem sobre a implicância da aquisição dos equipamentos no desenvolvimento das atividades ofertadas e rotina diária;
- → As ações serão registradas através de relatórios de atividades e observações quanto ao indice de satisfação dos equipamentos adquiridos;
- → Serão mantidos controle e demonstrativos contábeis, financeiros e gerenciais, com adequado suporte documental de todas as receitas e despesas ocorridas com a execução do objeto em questão, atendendo as normas brasileiras de contabilidade;
- → Será efetuada a prestação de contas nos moldes estabelecidos pelo Convenente e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo:
 - Prestação de contas parcial: apresentação mensal de relatório das atividades e demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros recebidos no mês anterior, conciliação bancária acompanhada dos extratos de conta corrente e aplicação financeira, bem como documentos comprobatórios das despesas realizadas;
 - Prestações de contas quadrimestrais: apresentação dos recursos recebidos, gastos efetuados e atividades desenvolvidas, de acordo com as prestações mensais;

1.

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 86.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5169

- Prestação de contas anual: nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresentação até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício.
- → Toda e qualquer alteração que se faça necessária nas metas e metodologia deste Plano de Trabalho, deverá ser elaborada em comum acordo entre o Município e a Entidade, com aprovação da Comissão de Monitoramento e Avaliação e do Conselho Municipal de Assistência Social.

III - Caracterização da Entidade

A instituição possui sede própria, em boas condições de uso e suas instalações são apropriadas para o atendimento do projeto, contendo:

Atividades Internas	02 Salas de estar para convivência e atividades em grupo, 01 Sala de Informática	
Atividades Externas Pátio ao ar livre, Quadra poliesportiva coberta		
Alimentação	Alimentação 01 Refeitório, 01 Cozinha, 01 Despensa	
Higiene/Limpeza	04 banheiros p/atendidas, 03 banheiros para funcionários, 01 banheiro com acessibilidade para pessoa com deficiência, 01 banheiro com chuveiro, 01 Lavanderia, 02 Almoxarifados	
Administração	01 Sala para a Coordenação, 01 Sala para atendimento técnico especializado	

A entidade tem a disposição os seguintes equipamentos, mobiliários e materiais:

Equipamentos	02 Geladeiras, 02 Fogões de 4 bocas semi-industriais, 01 Freezer, 01 micro-ondas, 02 fornos semi-industriais, 01 Liquidificador, 01 Batedeira, 01 Máquina de lavar roupa, 02 Televisões, 01 aparelho de DVD, 09 ventiladores, 14 Computadores, 01 Impressora, 02 Telefones, 01 Celular, 01 data show.	
Mobiliários	25 mesas de atividades/atendimentos, 16 escrivaninhas, 50 armários de uso coletivo das atendidas, 02 armários para equipe técnica, 06 armários de uso geral, 12 mesas p/alimentação e 82 cadeiras.	
Materials	79 Materiais esportivos, 03 Materiais pedagógicos e culturais, 33 Jogos educativos, jogos de passatempo e brinquedos, 96 Acervos Bibliográficos (livros)	
Geral	01 veículo, acesso à Internet e instalação de placas fotovoltaicas	

1.

Págma 12 de 17

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.016037/2001-33 CNPJ: 86.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

IV - Recursos Humanos

Quadro de profissionais da entidade

Cargo/Função	Qtde	Formação	Média Remuneração mensal	Carga Horária semanal	Vinculo
Assistente Social	01	Serviço Social	R\$ 2.881,32	30h	CLT
Coordenador	01	Serviço Social	R\$ 2.338,54	40h	CLT
Monitores	02	Ens. Médio	R\$ 1.260,43	40h	CLT
Orientador Social	06	Ens. Médio/Superior		6h	Voluntário
Psicóloga	01	Psicologia	R\$ 2.881,32	30h	CLT
Auxillar Geral	03	Ens. Fundamental	R\$ 1.221,00	40h	CLT

V - Plano de Aplicação /Aquisição de equipamentos

Quadro dos equipamentos de natureza permanente que serão adquiridos para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Quantidade	Itens de despesa	Especificações técnicas	Valor unitário R\$	Valor tota R\$
02	Ar Condicionado	Split, piso teto, 36.000 btus, frio, 220v	8.758,00	17.516,00
03	Ar Condicionado	Split, 12.000 btus, frio	2.868,00	8.604,00
13	Caixa de som	Para PC de mesa, USB e P2, frequência 18khz	79,00	1.027,00
13	Fones de ouvido	C/microfone para PC, USB 2.0 e P2, frequência 20khz	149,00	1.937,00
01	Freezer	Horizontal, H330, branco, 314L	2.345,55	2.345,55

Página 13 de 17.

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estedual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33

CNPJ: 66,491,382/0001-01 Inser. C.M.A.S. sob n° 02 Inser. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inser. S.A.D.S. sob n° 5109

30	Mesa	Tampo em fórmica, estrutura em tubo de aço preto, redondo 7/8	210,00	6.300,00
01	Armário	Aço, 1,98 x 1,20 x 45cm, 2 portas de abrir e 4 prateleiras em aço	1.995,00	1.995,00
04	Armário	Aço, 1,98 x 1,10 x 40cm, 2 portas de abrir, 4 prateleiras em aço	1.750,00	7.000,00
05	Cadeira	Secretária Anatômica fixa, estofada, espuma injetada, estrutura em tubo de aço redondo, 7/8	180,00	900,00
01	Tela de Projeção	1,80 x 1,80 cm, com tripé, com alça de ajuste e trava de segurança, material película matte-white	983,00	983,00

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estedual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 08 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

01	Smartphone	M23 5G, 128GB, 6GBRAM, dual chip, tela infinita de 6.6"	1.407,12	1.407,12
Total			-	R\$ 50.014,67

VI - Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas

Receitas		Despesas		
Origem	Valor - R\$	Descrição	Valor - R\$	
Recurso Estadual	34.503,77	Folha de Pagamento	222.494,95	
	250 000 00	Material Consumo	92,250,00	
Recurso Municipal	150.000,00	Equipamentos Natureza Permanente	50.000,00	
Doações Fixas	96.000,00	Prestação de Serviços	62.160,00	
Eventos / Campanhas	25.000,00	Manutenção/Custeio	32.200,00	
Emenda Parlamentar				
N ° 2023.044.47983	50.000,00			
Emenda Parlamentar	50.000,00			
N ° 2022.062.38542	S0000000000000000000000000000000000000			
Total - R\$	405.503,77	Total - R\$	459.104,95	

VII - Plano de Aplicação do Recurso do Projeto (valores anuais)

Natureza da Despesa	Particip.	V	alor
Equipamentos de Natureza Permanente	100%	R\$	50.000,00
Total Geral	100%	R\$	50.000,00

VIII - Plano de Aplicação do Recurso Financeiro de Contrapartida

Natureza da Despesa		Valor
Equipamentos de Natureza Permanente		R\$14,67
	Total Geral	R\$14,67

→ Toda alteração que se faça necessária no Plano de Aplicação fica sujeita as seguintes regras:

 para remanejamento de valores de até 5% do valor global – R\$ 2.500,00, poderá ser efetuado sem necessidade de prévia autorização;

 para valores acima do estipulado deverá ser elaborada justificativa para autorização do Gestor da Parceria.

Págma 15 de 17

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.018037/2001-33 CNPJ: 86.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

ANEXO 01 - PREVISÃO DE DESPESAS - em R\$

MENSAL	EQUIPAMENTOS DE NATUREZA
	PERMANENTE
Out	R\$ 25.000,00
Nov	R\$ 25.000,00
TOTAL	50.000,00

Equipamentos de Natureza Permanente	05 Aparelhos de Ar Condicionado; 13 Caixas de Som; 13 Fones de
	Ouvido; 01 Freezer; 30 Mesas; 05 Armários; 05 Cadeiras; 1 Smartphone.

Co Brendy

Decreto de Utilidade Pública Municipal sob nº 1536/95 Lei de Utilidade Pública Estadual sob nº 10.572/00 Decreto de U. Pública Federal sob nº 08000.015037/2001-33 CNPJ: 66.491.382/0001-01 Inscr. C.M.A.S. sob n° 02 Inscr. C.M.D.C.A. sob n° 03 Inscr. S.A.D.S. sob n° 5109

VIII - Cronograma de Desembolso do Termo

- → Parcela única, repassada após assinatura do Termo de Fomento = R\$ 50.000,00
- → O valor repassado será acrescido pelos rendimentos de aplicação financeira do período entre liberação da emenda parlamentar pelo Tesouro Estadual até o repasse para a entidade beneficiária, sendo autorizada a sua aplicação no objeto acordado.

Na qualidade de representantes legais do proponente, declaramos, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Fartura, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste Plano de Trabalho.

Fartura, 09 de Outubro de 2023.

Débora R. M. Almeida Gabriel

Responsável Técnica

Jaiscilyn Lorrayne Rosolem

Responsável Técnica

Viviane Magali Mendes Furtado Presidente

Aprovamos o presente Plano de Trabalho.

Data

10

10 / 2023

Luis Ricardo Leme Barbosa

Gestor da Parceria

Luciano Peres

Profeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

CNPJ 46,223,707/0001-68

Págma I de 2

ANEXO RP-09

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE FOMENTO

ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Fartura

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: Grupo Assistencial às Meninas e Adolescentes - GAMA

TERMO DE FOMENTO Nº: 009/E-2023

OBJETO: Transferência de recurso financeiro via Emenda Parlamentar 2023.044.47983, para complementação financeira para aquisição de equipamentos de natureza permanente à prestação de serviços já acordada, via Termo de Colaboração, para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos.

VALOR DO AJUSTE: R\$ 50,000,00

EXERCÍCIO: 2023

ADVOGADO: Angélica Cristiane Bérgamo - OAB-SP 282.028 - jurídico@fartura.sp.gov.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP:
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) o acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Fartura, 18 de outubro de 2023.

De Brendes



PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

CNPJ 46.223,707/0001-68

Página 2 de 2

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO

Nome:

Luciano Peres

Cargo:

Prefeito Municipal

CPF:

339.970.308-20

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA

Nome:

Viviane Magali Mendes Furtado

Cargo:

Presidente

CPF:

118.881.288-28

Responsáveis que assinam o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO

Nome:

Luciano Peres

Cargo:

Prefeito Municipa

CPF:

339.970.308-20

Assinatura:

Responsáveis que assinam o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA

Nome:

Viviane Magali Mendes Furtado

Cargo:

Presidente

CPF:

118.881.288-28

Assinatura:

Demais Responsáveis:

Tipo de Ato sob sua responsabilidade: Gestor da Parceria

Nome:

Luis Ricardo Leme Barbosa

Cargo:

Coordenador Municipal de Assistência Social

CPF:

361.909.608-20

Assinatura: